

Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente**CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
(CEDCA/AL) ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA (GESTÃO 2025/2027)
REALIZADA EM 14 DE JULHO DE 2026**

Aos quatorze dias do mês de julho de dois mil e vinte e seis, terça feira , às treze horas e quinze minutos, em segunda chamada, realizou se à Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Alagoas (CEDCA/AL), realizada no Auditório do Caica Ana Beatriz, localizado na Rua Professor Santos Ferraz, nº 321, bairro Poço, Maceió/AL, CEP 57025-040, com a finalidade de debater e deliberar sobre os assuntos referentes à política da criança e do adolescente no âmbito do Estado de Alagoas. Registraram presença: Ana Paula Alves de Lima (PESTALOZZI MACEIÓ), Bárbara Arraes Alves Lima (SSP), Diego Reis da Silva (OAB/AL), José Roberto da Silva (CAACA), Natália Santos Marques (SENAC), Pedro Lorena de Oliveira Filho e André Gustavo Oliveira Calado Souza (MOV), Samuel Cruz da Costa (PM/AL), Clarice Ferreira da Silva e Alaine Carolyne Ribeiro Siqueira (SEADES), Aline Silvana Bento (FEPESTALOZZI), Charlene Diana Pereira de Barros Santos e João Paulo Silva de Lima (SECDEF), Patrícia Tereza Santos Torres (SEDUC), Nívea Macena de Lima e Anne Kellen Cavalcante Cerqueira (SECRIA), Diolyne da Silva Barros (SESAU), Virgínia Valéria Farias Marroquim (PGE), Caroline Rocha Santos (SOPROBEM), Aline Silvana Bento (FEPESTALOZZI), Laíse Karolyne Fernandes de Almeida (APECAN),. Também esteve presente a secretária executiva Karine Glória Marinho de Andrade e Vanessa Lousane Araújo de Oliveira, assistente técnica do Cedca, Cassia Moreno e Eliane Cristina Pimentel Costa da Escola EStadual de Socioeducação, foram justificadas as ausências das conselheiras Sirlene Carla Vitor dos Santos Silva e Gilvânia Barros dos Santos Laranjeiras (AAPPE) por ofício enviado a este conselho. Não registraram presença: SEPLAG. ORDEM DO DIA: A secretária executiva saudou a todos os presentes apresentou os pontos de pautas: 1) Apresentação da Superintendente da Criança e do Adolescente e a Dinâmica das conferências municipais dos direitos fas criança e do adolescente para Maria Helena; 2) Formação para os Conselheiros do Cedca e Gestores do Fundo dos 102 municípios - Orçamento; 3) I Congresso Internacional de Acolhimento Familiar - Rio 2026, gestado pelo Instituto Acolher/Paraná; 4) Apresentação da Escola de Socioeducação por Cássia Moreno coordenadora de Articulação; 5) CPP - Denúncias encaminhadas, Pesquisa dos Conselheiros Tutelares e Gestores do FIA; 6) Deliberação da criação da Comissão de Monitoramento das Comunidades Terapêuticas, 7) Acompanhamento da Política do Nome Social; 8) Relatório Trimestral do SIPIA (abril, maio e junho); 9) Processo Unificado Conselheiros Tutelares; 10) Andamento do Regimento Interno e 11) Atualização do Fluxograma do Protocolo Estadual Integrado de Atendimento à Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência e os informes: questionário de mapeamento da rede de proteção e envio dos ofícios aos órgãos e a sociedade civil para compor o comitê de gestão colegiada da rede de cuidado e proteção e seguiu passando a palavra para a Presidente Paula de

Lima, que saudou a todos os presentes e informou sobre o primeiro ponto de pauta, referente à apresentação da superintendente, foi suprimido devido à ausência da mesma. Dando continuidade, a conselheira Charlene Pereira assumiu a palavra para apresentar o levantamento financeiro e as demandas atinentes ao Fundo Estadual da Infância e Adolescência (FIA), ressaltando que o respectivo fundo permaneceu inativo por quase sete anos. Informou-se aos presentes a existência de recurso na ordem de oitenta e nove mil, seiscentos e oitenta e nove reais e quarenta e oito centavos (R\$ 89.689,48), oriundos da SECDEF, que necessitam de execução orçamentária até o mês de outubro do corrente ano, sob pena de destinação a outras finalidades de utilidade pública. Ademais, relatou-se que a arrecadação total do fundo contabiliza um montante de um milhão, cinquenta e dois mil, trezentos e quarenta e sete reais e noventa e nove centavos (R\$1.052.347,99), deste total global, aproximadamente setecentos mil reais já se encontram comprometidos e destinados à execução do edital da gestão 2025/2026, o qual contemplou vinte e cinco instituições da sociedade civil, restando um saldo em caixa de trezentos e cinquenta e dois mil, trezentos e quarenta e sete reais e noventa e nove centavos. A conselheira Charlene Pereira pontuou diversos entraves burocráticos e administrativos que culminaram em atrasos nos repasses financeiros às instituições, citando a necessidade de manifestação técnica e jurídica por parte da Procuradoria Geral do Estado (PGE) acerca da viabilidade legal do pagamento de emendas impositivas no decorrer do período eleitoral. Somado a isso, foram expostas as reiteradas dificuldades estruturais e documentais enfrentadas pelas Organizações da Sociedade Civil (OSCs), tais como ausência de atualização cadastral, pendências estatutárias e impossibilidade de emissão de certidões negativas de débito, fatores que impedem o regular recebimento dos recursos. Visando mitigar referidas problemáticas e promover a adequação técnica das entidades, a conselheira Charlene Pereira, em conjunto com proposições complementares do conselheiro Pedro de Oliveira, sugeriu a estruturação e realização de um momento de formação presencial, a referida capacitação ocorrerá até o mês de agosto e será direcionada de forma prioritária às vinte e cinco OSCs previamente selecionadas, estendendo-se a outras entidades interessadas, bem como aos gestores públicos representantes dos cento e dois municípios alagoanos, com a finalidade de instruí-los acerca de trâmites de processos seletivos e regularidade fiscal e jurídica. Em relação ao custeio do evento formativo, propôs-se a utilização direta do saldo remanescente do Fundo, mediante a abertura de Documento de Formalização de Demanda (DFD) para a contratação de infraestrutura, locação de espaço e fornecimento de alimentação, fazendo uso de atas de registro de preços já vigentes no âmbito governamental. Durante o debate, deliberou-se ainda pela necessidade de reativação e ampla divulgação da modalidade de doação direta ao Fundo Estadual por meio da ferramenta PIX, visando contornar a morosidade inerente às doações via dedução de Imposto de Renda. Enfatizou-se, outrossim, a necessidade premente de adoção de novas estratégias de comunicação para fomentar maior mobilização dos municípios integrantes da região

metropolitana, historicamente com menor índice de adesão em comparação aos municípios do Sertão alagoano. Colocada em regime de votação pelo colegiado, a proposta de abertura do respectivo DFD para viabilizar o custeio do evento de formação e mobilização foi aprovada por unanimidade, sem registro de quaisquer abstenções ou votos contrários. Na sequência e encaminhando para a fase final do encontro, a pauta avançou para a apresentação e discussão acerca da implementação de um aplicativo nacional vinculado aos Conselhos de Direitos, bem como os preparativos para participação no Congresso Internacional com duas vagas para representar o Cedca/AL, a presidente Paula de Lima informou que infelizmente não poderá participar do Congresso pois já tinha uma agenda na mesma data deixando a vaga dela para quem se disponibilizar e a outra vaga para a conselheira Charlene Pereira e como houve interesse de dois conselheiros, o Pedro de Oliveira e Aline Bento foi realizado um sorteio e a segunda vaga ficou para a conselheira Aline Bento que irá representar o Cedca/AL juntamente com a conselheira Charlene Pereira. Seguindo para o quarto ponto de pauta a apresentação da Escola Estadual de Socioeducação por Cássia Moreno coordenadora de Articulação e Eliane Pimentel com foco nas atividades e no desenvolvimento destacando-se o amplo catálogo de mais de quatorze minicursos de aperfeiçoamento contínuo. Informou que os referidos cursos são financiados com recursos ministeriais e geridos pela Universidade, por intermédio da Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa (Fundepes), com cronograma de encontros periódicos da equipe todas as quintas-feiras à tarde. A equipe pedagógica e jurídica, integrada por diversos membros, conta com a coordenadora Cássia, responsável pelas relações interinstitucionais, e os professores Ivanildo, Elaine, Lana, Geane (da Secretaria de Educação) e Lígia (da Faculdade de Letras). Ressaltou-se que a escola foi implementada mediante resolução aprovada pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, tendo como próximo objetivo o alcance de status legal oficial por meio de lei ou decreto. Dando prosseguimento, deliberou-se acerca da estrutura do comitê gestor, é de atuação opinativa e acompanhamento das atividades, contribui para o andamento das atividades da escola no âmbito da estrutura administrativa de estado e cuja presidência do comitê gestor e a presidência exercida pelo Conselho Estadual, e que as tratativas tinham sido feitas com a presidente da gestão anterior conselheira Isabela Larisse, que agora serão passadas para a atual presidente Paula de Lima, cabendo à Cássia a coordenação geral. O debate evidenciou a necessidade de formalizar convite para alteração do Artigo 4º, visando a inclusão de novos membros, e sublinhou a importância da participação da Secretaria de Assistência Social (SEADES), ausente na ocasião. Discutiu-se a reestruturação do comitê, atualmente composto por dezessete membros de doze instituições, sugerindo-se a formação de um novo colegiado sem caráter estrito de gestão, a fim de viabilizar a eficiência administrativa e Elaine Pimentel fez uma ressalva dos órgãos federais sendo convidados representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), do Poder Judiciário e do Ministério Público (MP). Avaliou-se a natureza optativa

das reuniões do comitê, planejadas para ocorrerem bimestralmente, com o intuito de engajar as secretarias de Estado ligadas à socioeducação, principalmente com as duas secretarias de base sendo a SEPREV e SEADES, fortalecer parcerias e integrar a sociedade civil, O conselheiro Pedro de Oliveira solicitou ao comitê gestor o envio mensal de relatórios e indicadores ao Conselho . Na sequência, procedeu-se a um relato histórico do projeto, desde sua concepção em 2011 na SEPREV, passando por discussões em Brasília, até a aprovação da criação da Escola Estadual de Socioeducação, oficializada em 30 de junho de 2025 durante um simpósio nacional de conselheiros. Mencionou-se a realização do primeiro Simpósio da Escola, que contou com a presença da equipe de coordenação pedagógica e ministrantes convidados, relatou-se as recentes parcerias firmadas entre a gestão anterior e a atual, destacando-se a união de esforços com a nova Diretora da Superintendência de Medidas Socioeducativas (SUMESE), professora Elaine, e a Escola Paulo Jorge. A coordenadora relatou que realizaram uma oitiva, na oportunidade em que a coordenadora Cássia orientou jovens presentes sobre o caráter voluntário e não obrigatório da participação nas ações de formação escolar. e o conselheiro Pedro de Oliveira, lembrou que na elaboração do plano decenal de socioeducação foi perguntado a escola qual a formação dos agentes que não houve um retorno e por esse motivo o plano ficou e foi pedido para ser colocado o Estatuto da Criança e Adolescente - ECA, e que os conselheiros no momento da elaboração do plano foi questionado na época o diretor das medidas socioeducativa apontou-se que a estrutura da formação dependia de capacitações de força e segurança, e não dispunha de treinamentos focados em suas formações acadêmicas se caso tivessem tal ponto foi ilustrado pela exibição de um vídeo de treinamento de segurança que utilizou os agentes de socioeducação, originando críticas quanto ao tratamento equiparado a "campo de guerra". A professora Elaine Pimentel ressaltou que os vínculos contratuais dos trabalhadores da socioeducação são na sua maioria precarizados , se dá, majoritariamente, mediante prestação de serviços não contínuos, com enorme variabilidade na experiência laboral, o que agrava a instabilidade profissional e o engajamento de alguns servidores. Diante disso, o Ministério Público ajuizou ação visando impor ao Estado a realização de concurso público ou processos seletivos formais. No tocante aos avanços, foi destacada a expressiva participação de mais de setenta servidores em capacitações de gestão de crise, um avanço significativo comparado a cenários de baixa adesão anteriores, relatou as articulações da Escola com entidades nacionais, descrevendo visitas de benchmarking no Rio de Janeiro e no Maranhão, bem como a confecção de uma revista institucional contendo o balanço de seis escolas de socioeducação já implementadas em estados como Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Pernambuco e Distrito Federal. Enfatizou-se a urgência de financiamento contínuo para evitar que a escola feche as portas ao término do repasse governamental.e a conselheira Bárbara Arraes levantou a necessidade de incluir, formalmente, a formação de agentes, e foi encerrado a apresentação da Escola de Socioeducação com uma chamada de sensibilização aos conselheiros, reforçando que

o trabalho de base e o apoio governamental são a chave para proteger jovens em situação de vulnerabilidade e para prover dignidade, passando para o próximo ponto de pauta, o conselheiro Pedro de Oliveira relatou o recebimento de demandas oriundas de diversos municípios, culminando no envio do Ofício enviado a presidente do Cedca referente as denúncias recebidas pela comissão de políticas públicas/CPP, dos seguintes municípios: Palmeira dos Índios, Boca da Mata, Maceió, São Miguel dos Campos e Maragogi. Sobre o caso específico de Palmeira dos Índios, informou-se que a resposta recebida foi considerada insatisfatória, razão pela qual deliberou-se pelo encaminhamento da denúncia ao Ministério Público e à Ouvidoria Nacional, a denúncia de Boca da Mata o município reconheceu a dificuldade de trabalhar a rede não sendo apenas ao CT e sim a rede toda desfalcada que há uma omissão mas também negligência do poder público o conselheiro Pedro de Oliveira enfatizou a necessidade de aproximação efetiva com o interior do Estado para mitigar a desinformação sistêmica, sobre a denúncia de Maceio que respondeu ao ofício e foram tomadas todas as providências cabíveis, ainda um caso de trabalho infantil em Maragogi, previamente encaminhado ao Ministério Público, o qual encontra-se sem resposta oficial, demandando novas tratativas em relação ao denuncia de Maragogi foi encaminhado ao CMDCA para saber se houve suposta omissão por parte do conselho tutelar se houve será enviado ao Ministério Público senão houve é respondido ao denunciante que no caso é a ouvidoria nacional. Dando seguimento à pauta, a conselheira Charlene Pereira e o conselheiro Pedro de Oliveira apresentaram uma proposta de resolução para a adoção de um sistema unificado de garantias de direitos (SGDCA). A plataforma, desenvolvida sem custos para o Estado, visa mapear e centralizar informações dos cento e dois municípios alagoanos, incluindo dados sobre Conselheiros Tutelares e Conselheiros de Direitos. Destacou-se que o sistema possui formulário com perguntas, além de recursos de acessibilidade, como tradução para Libras e alto contraste, e pode ser acessado como aplicativo nativo em dispositivos móveis. A plataforma garante a segurança e o sigilo dos dados, exigindo login com credenciais exclusivas para os conselheiros. Para a administração do referido sistema, propôs-se a criação de uma comissão gestora própria no âmbito do CEDCA, bem como a impressão de material físico e a realização de eventos regionais de capacitação para garantir a adesão dos municípios. A conselheira Charlene Pereira, sugeriu que a iniciativa seja integrada à Escola de Conselhos e ao Observatório da Primeira Infância, unindo esforços e evitando a sobreposição de pesquisas e levantamentos de dados no Estado e ressaltou-se a importância de investir no letramento digital e na publicidade das ações para garantir o preenchimento adequado do sistema. prosseguimento à pauta, o conselheiro Pedro de Oliveira apresentou detalhadamente a plataforma CAETÉS, um sistema de garantias de direitos desenvolvido para mapear e centralizar informações dos cento e dois municípios alagoanos, incluindo conselheiros tutelares, conselheiros de direitos e coordenadores do SIPIA. Demonstrou-se que as informações institucionais dos cadastrados tornam-se públicas, facilitando o controle e a atualização dos

dados, enquanto informações sensíveis permanecem sob sigilo, o colegiado acatou a proposição de nomear o sistema como "Plataforma Caetés", em justa homenagem aos povos originários da região do Sertão alagoano. Discutiu-se, outrossim, a estruturação de um portal integrado que congregue legislações e informações acessíveis a toda a rede de proteção, com destaque para a inclusão de um fórum de discussão restrito e seguro voltado exclusivamente para a participação de adolescentes. Para a administração imparcial da ferramenta, deliberou-se pela criação de uma comissão gestora própria, desvinculada de comissões temporárias, assegurando a pluralidade de membros. A conselheira Charlene Pereira sugeriu no âmbito pedagógico, ressaltou a importância de empregar estratégias de letramento para a publicização e simplificação do fluxograma do sistema de garantias, sugerindo a adoção de medidas alternativas para contornar eventuais limitações orçamentárias e viabilizar a entrega de cartilhas físicas até o mês de outubro. Para garantir a efetividade e o preenchimento da plataforma, sugeriu-se a articulação com órgãos parceiros, como o Ministério Público e à SEADES, para a emissão de recomendações aos municípios. O colegiado também debateu a necessidade de maior publicidade das ações do conselho, propondo a formatação e o lançamento oficial dos resultados entre os meses de agosto e outubro. Em seguida, abordou-se a Resolução número duzentos e quarenta e nove do CONANDA, de quatorze de março de dois mil e vinte e quatro, que veda o acolhimento de crianças e adolescentes em comunidades terapêuticas, deliberando-se pela reestruturação da comissão de monitoramento, sob a coordenação do CEDCA com a inclusão de representantes da SESA, SEADES e Ministério Público. O conselheiro João Paulo explicou que a apresentação do relatório trimestral do SIPIA (abril, maio e junho), ficará para a próxima reunião ordinária, pois não foi possível concluir, assim como os pontos de pautas de Acompanhamento da Política do Nome Social e Processo Unificado Conselheiros Tutelares ficaram para a próxima ordinária. Mencionou-se a urgência de atualizar resoluções e dar celeridade à comissão temporária responsável pelo Plano Decenal. Outro ponto de destaque foi o relato da reunião ocorrida com o CONANDA, onde se informou a prorrogação das conferências municipais e estaduais para o ano subsequente, em virtude do período eleitoral e da baixa mobilização nacional, sugeriram a integração da plataforma CAETÉS com as pesquisas conduzidas pela Escola de Conselhos e pelo Observatório da Primeira Infância, visando unificar os levantamentos de dados e evitar a sobrecarga dos municípios com múltiplos formulários. A plataforma, que conta com recursos de acessibilidade e aplicativo móvel, terá seu acompanhamento gerido por uma comissão específica a ser instituída no âmbito do CEDCA, à pauta, foi apresentada uma demonstração prática do novo sistema de cadastro e acesso à informação, utilizando o município de Messias como exemplo da exibição dos perfis, que incluem o nome completo, órgão de lotação, contatos institucionais, cargo principal e período de mandato dos membros. Com o intuito de incentivar a adesão voluntária dos cento e dois municípios alagoanos, sugeriu-se a articulação com outros entes para fomentar o preenchimento maciço da plataforma. A presidente Paula de Lima retomou o que foi tratado na reunião extraordinária sobre a criação da comissão que irá tratar das faltas injustificadas nas reuniões, onde a comissão decidirá as penalidades a serem tomadas de acordo com o atual regimento interno do Cedca, ficou devido na reunião extraordinária passada a seguinte composição, formada por quatro membros sendo a conselheira Rosana Cólen representando a PGE como presidente da comissão e os seguintes conselheiros: representando o MOV, o conselheiro Pedro de Oliveira, representando a OAB o conselheiro Diego Reis e representando o SOPROBEM a conselheira Carolina Rocha e serão enviadas as demandas para a comissão que já está formada. Nada mais havendo a tratar, a presidente Paula de Lima salientou que seja deliberado e formalizado todos os pontos tratados na reunião de hoje. A presente ata, após lida e aprovada, segue assinada pela presidência, para ser publicada no Diário Oficial do Estado de Alagoas.

Ana Paula Alves de Lima
Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do
Adolescente Cedca/AL